EDUCAÇÃO, MATERIALIZANDO A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EM JUAZEIRO-BA (1964-1985)

Auselita dos Santos Coelho Brito[1]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar a história e a memória da implantação da Instituição de ensino e das práticas docentes desenvolvidas no grupo escolar primário Helena Celestino Magalhães, localizado na cidade de Juazeiro- BA. A pesquisa é contextualizada no período da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964 – 1985). Em razão de tal época ter sido marcada por tantas mudanças sociais, políticas e econômicas, analisar esta temática possibilita uma reflexão histórica dessa instituição, materializando a valorização e a preservação da memória de uma cidade. O estudo em questão é uma revisão bibliográfica e procurou utilizar autores referenciais no assunto como, Freire (1987), Le Goff (1990) e Saviani (2004). Destaca-se que o objetivo não é esgotar as reflexões sobre os materiais didáticos utilizados, a história dos grupos escolares primário, etc. Longe disso, o texto permeia em considerar a importância da Instituição Escolar para a comunidade juazeirense, somado a oportunidade de ampliação dos estudos no sentido do conhecimento da memória da Ditadura através do processo ensino aprendizagem e proporcionar para outros públicos informações que muitas vezes são silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Educação. Ditadura.

1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX.

Ao longo do tempo, o estudo da história da Educação brasileira apresenta profundas mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas, especificamente na transição do período imperial para a instauração da Primeira República no Brasil. Para uma compreensão melhor sobre o objeto de investigação, faz-se imprescindível que retomemos a um período anterior do recorte temporal deste estudo, os anos de 1964 a 1985.

Em primeira análise, na transição do século XIX para o século XX, com a instauração da República os ideais de modernização educacional do país começam a

[1] Mestranda do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

adotar um modelo intuitivo, a construção de prédios e a formação de professores pelas Escolas Normais, como também, a criação dos Grupos Escolares primários, inicialmente em São Paulo (SOUZA, 2008). Conforme Saviani (2004), na Bahia a criação dos grupos escolares se deu a partir de 1908, constituindo assim, um fenômeno urbano, enquanto no meio rural, predominou as escolas isoladas.

Deve-se citar que, iluminada pela Carta Magna dos Estados Unidos, a Primeira Constituição Republicana do Brasil, do ano de 1891, foi bastante influenciada pelos pressupostos americanos, de forma que, até o país passou a ser designado por "Estados Unidos do Brasil". Em seu texto, a Constituição brasileira traz pontos importantes a serem considerados, como, a separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a laicidade do ensino, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, somado ao art. 70, § 1º, trazendo a proibição dos analfabetos, mendigos, entre outros, para o alistamento para eleitores.

Por conseguinte, no artigo 72, § 6º que numerava os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, estabelece que "será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (BRASIL, Constituição da República, 1891). Em outras palavras temos que, o ensino não era oferecido por docentes com formação acadêmica específica, dessa forma, é nítido como a educação ficava comprometida e até banalizada, uma vez que o Estado não se obrigava a disponibilizar um espaço educacional adequado.

É importante destacar que em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação, a qual reuniu muitos educadores preocupados com o sistema educacional do país, resultando em um movimento renovador que culminou com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Assim, tal documento defendia uma educação pública, sem privilégios econômicos, laico, gratuito e obrigatório. Ainda nos anos 30 foi criado também o Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Francisco de Campos.

Na Constituição de 1934, no que diz respeito ao Artigo 149, destaca que: "A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-los a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva

num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana" (BRASIL, Constituição da República, 1934).

Vê-se que, essa Constituição representou uma conquista no setor educacional, fazendo com que os Estados estimulassem seus sistemas de ensino e promovessem as constituições estaduais. Assim, esse movimento colaborou para que fosse garantida a criação de um ensino primário público, gratuito e obrigatório. Adjacente a este cenário, não se pode deixar de citar que, a implementação do Estado Novo, no ano de 1937 a 1945, caracterizado por um período de ditadura, com inúmeras restrições, autoritarismo, também interferiu na esfera educacional, deixando o ensino marcado por uma série de retrocessos.

Em seguida, na Constituição de 1946, no art. 168 da legislação, destaca-se que: "O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos." A partir disso, o processo de redemocratização refletiu-se no campo da educação. Em 1948, o Ministro da Educação Clemente Mariano, apresentou o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com muitos discursos entre os defensores da escola privada, como os empresários, a Igreja Católica e o outro grupo composto por defensores da escola pública, destacam-se: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandez, entre outros. Com a aprovação da Primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 4024/61, publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente da República João Goulart, as concepções educacionais foram concretizadas, onde no Art. 1º, destaca a educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Com o Golpe Militar de 64, depondo o presidente João Goulart e colocando em prática um regime autoritário, mais uma vez a educação se transforma e é objeto de manipulação política para alinhar-se aos pressupostos de quem está no poder estatal. Tal pesquisa visa abordar mais detalhadamente como as mudanças ocorreram neste período e suas conseqüências, por isso, neste tópico, é importante esclarecer que, se, anteriormente, mesmo com tantos pesares, houveram tentativas de aprimoramento e adequação do ensino para as evoluções da sociedade, com a Ditadura Civil Militar e a

série de restrições que a nação brasileira passava, este ensino foi dilacerado e substituído por ideais de ordem, disciplina, silêncio, obediência, repetição, etc., empenhando-se em conseguir calar aqueles interessados em uma formação ampla do cidadão.

É possível perceber a censura não estava presente somente no meio artístico ou político, longe disso, através de várias estratégias de poder os militares conseguiram adentrar em diversos seios sociais de forma que a educação foi um dos principais. Assim, para a efetivação de seus objetivos, o governo adotou uma profusão de mudanças, tais como a adesão de Educação Moral e Cívica como componentes curriculares obrigatórios e a exclusão de aulas de Sociologia e Filosofia, bem como das matérias de História e Geografia.

1.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR

É sabido que, no Brasil, o período compreendido entre 1964 a 1985, foi marcado por uma abrangente Ditadura Civil Militar, por isso, esta pesquisa faz um esforço para, brevemente, abordar o ensino nesta época. A priori, cabe esclarecer que o Golpe de 64 foi instaurado sob a égide do governo de João Goulart, integralmente assentado conforme a lei. Após o dia 31 de março de 1964, mesmo com a instituição de resistências, o governo militar estabilizou-se com uma base muito forte, atingindo através da repressão e violência muitos setores políticos e sociais. Já no início pôde-se observar uma série de atos, torturas e prisões irregulares, como a de Gregório Bezerra, um líder comunista.

Os militares não se apoiaram em nenhum embasamento jurídico, pelo contrário, atropelaram as diretrizes da constituição de 1946, passaram a elaborar atos institucionais totalmente despóticos e os tornaram vigentes, além da nova carta magna constitucional, de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969. Em suma, o período ditatorial foi marcado pela fantasia militar de proteger o país dos comunistas, resguardando a segurança nacional e sucateando os direitos humanos das mais inimagináveis formas.

É de se falar que, no Brasil, nunca houve, em nenhuma hipótese, fatores que viessem a se associar com o comunismo, nem mesmo hoje com a difamação de tantas notícias falsas, precisamo-nos atentar para o que é comunismo e que este nunca se aproximou, mesmo que de forma diminuta, do espaço brasileiro. Dito isso, cabe dizer

que, a ditadura, apesar dos indetermináveis destroços causados do meio social e político, não deixou invisível a educação. Caro leitor, o ensino foi maculado de tal maneira que até hodiernamente encontramos as consequências de quem o vivenciou.

Em um dos piores governos dos quais o cidadão brasileiro precisou testemunhar encontra-se o do presidente Emílio Garrastazu Médici. Frente a isso, foi estabelecida a Lei nº 5.692/71, responsável por uma cadeia de mudanças no sistema de ensino, dentre elas, a abordagem do primeiro grau, o qual passou a incluir o primário e o ginásio, tornando o antigo ensino secundário no segundo grau e por fim imiscuindo a educação profissionalizante (BRASIL, 1971).

Aparentemente, deve-se compreender que tais mudanças foram, até certo ponto, irrelevantes, não obstante, com um estudo mais aprofundado percebe-se a problemática do ensino profissionalizante. Relembra-se que, ao referir-se à situação que o país estava de "Milagre Econômico", é possível ver avanços como a redução da mortalidade infantil e o aumento do índice de desenvolvimento (IDH), mas que, comparados com as consequências negativas, estas são em disparada maiores. Isso porque, a dívida externa do Brasil praticamente quadriplicou, os dados de desigualdade social foram alarmantes, enquanto pobres empobreciam e viviam em situação de miséria, ricos usurpavam do poder e aumentavam seu capital. O cenário de industrialização foi uma grande escusa para que o governo levasse as pessoas a acreditarem que com apenas um ensino técnico elas estariam garantidas no mundo do trabalho. O escopo dessa tragédia política, social e econômica levou, a mais ainda, ao difícil acesso dos menos favorecidos e a descrença no papel das universidades.

Nesse sentido, depreende-se que a reforma educacional foi voltada para as elites políticas brasileiras, podendo ser vista como uma estratégia política que limitava os direitos dos cidadãos. A Ditadura Militar concentrou nas escolas a função de adestrar os sujeitos e disciplinã-los, através de metodologias de tabuada, repetição, decoreba, ausência de diálogo, discussão, entre outros. O ensino pautado nestes fundamentos proporcionou a um tremendo retrocesso que só pôde ser percebido e reparado posteriormente por meio de muita luta e resistência para tornar este passado conhecido e contrário a reincidência.

2 BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX NA BAHIA

Com a instauração da República no Brasil, iniciou-se a construção dos grupos escolares inicialmente em São Paulo para atender as transformações sociais e políticas do modelo do governo republicano. Assim, os grupos escolares constituíram um fenômeno urbano, já que no meio rural ainda predominou por muito tempo as escolas isoladas. No estado da Bahia, a criação do Grupo Escolar teve início por volta de 1908, mais tarde, a demanda da construção dos grupos escolares sucedeu-se por volta de 1930.

No contexto político do presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto estadual nº 9.471 de 22/4/1935 criou a Secretaria de Educação e Saúde na Bahia, facilitando a organização das questões educacionais do estado. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, o governador da Bahia, Juracy Magalhães, renunciou e os estados voltaram a ser governados por interventores nomeados pelo poder central. Com a deposição do presidente Vargas e o fim da Segunda Guerra Mundial, na Bahia, no período de 1947 a 1951, o Secretário de Educação e Saúde foi Anísio Teixeira, o qual desempenhou muitas mudanças no setor da educação, bem como construiu 258 novos prédios escolares e trouxe outros investimentos para a educação.

Em contrapartida, no período da Ditadura militar, os militares criaram Atos Institucionais proibindo os direitos dos cidadãos brasileiros. Assim sendo, o educador Anísio Teixeira, foi afastado do cargo e teve seus direitos políticos cassados, permanecendo apenas na condição de membro do Conselho Federal de Educação até o ano de 1968.

De acordo com a Lei 2.463 de 13 de setembro de 1967, sancionada pelo governador da Bahia Luis Viana Filho, no Artigo 8º, destaca que em todos os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, será obrigatória a educação moral e cívica, ou seja, disciplina instituída no currículo escolar dos estudantes, com base nos princípios da moralidade da Ditadura Civil Militar. No que se refere ao artigo 28 da mesma legislação estadual, destaca que haverá, em cada município, um Delegado Escolar residente, obrigatoriamente do quadro do magistério público primário, e preferencialmente o de maior tempo de serviço, com atribuições definidas em lei.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71 em todo o sistema escolar do país, conseqüentemente também na Bahia, e nas escolas de todos os graus, o ensino da Educação Moral e Cívica como matéria obrigatória, como também, agrupando escolas primárias e ginásios em complexos de ensino de 1º grau. Observa-se que o ensino nos tempos da Ditadura Civil Militar foi marcado por relações de poder excessivas, como assenta Michael Foucault na obra, "Vigiar e Punir: nascimento da prisão".Salienta-se conforme Foucault (2009) que os processos de disciplina e as estratégias de poder que se apresentam para além dos centros penitenciários e aprisionam e vigiam o ser humano a todo tempo. Diante disso, percebe-se que de maneira semelhante e constante o ensino e os materiais didáticos no período supracitado funcionaram de forma se não parecida, igual.

É importante destacar que 1971 calava-se a voz de Anísio Teixeira desaparecido em 11 de março do mesmo ano e encontrado morto num fosso de elevador no dia 14. Entretanto, a Ditadura Civil Militar representa um período de memórias de lutas de pessoas que contestaram seus direitos e não aceitavam essa forma de autoritária do país.

O período da Ditadura Civil militar foi marcado pela operação da pedagogia da repetição, materializada em dispositivos como a tabuada e o método do ABC. A partir dessa constatação depreende-se consoante a Paulo Freire (1987) que é importantíssimo nos dias atuais criticar a educação bancária a qual acaba reproduzindo uma sociedade opressora, onde os alunos apenas recebem informações, sem a possibilidade de pensar e refletir acerca delas. Fundamentado nesse exposto, este trabalho visa levar conhecimento, mas sobretudo fomentar transformações culturais, científicas dentro das escolas e afastar-se do passado do Regime Militar, o qual ainda que com novas roupagens permanece em alguns pontos.

Por fim, soma-se o principal objetivo da pesquisa, a saber, construir a memória e a história de todo o espaço escolar, já que, segundo Le Goff (2003, p. 471) "Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens." Isto significa que, é necessário estudar, refletir e compreender toda

a envoltura do ensino e seus materiais na Ditadura Civil Militar para se libertar desse passado histórico.

2.1 INSTITUIÇÃO ESCOLAR HELENA CELESTINO MAGALHÃES E A MATERIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Juazeiro é uma cidade do Submédio São Francisco, no Semiárido brasileiro no sertão nordestino, limita-se ao leste com a cidade de Curaça-BA, ao oeste com Sobradinho-BA, ao sul com Jaguarari-BA e ao norte com Petrolina-PE, aproximadamente a 500 quilômetros de Salvador. No campo das relações sociais e de poder, salienta-se a importância do processo histórico de Juazeiro para o Vale do São Francisco e para a Bahia.

A área territorial de Juazeiro começou a ser percorrida desde século XVI pelo bandeirante Belquior Dias Moreira. Em 1706, uma missão franciscana chegou à região, catequizando os povos indígenas. Passando a ser cidade através da Lei n.º 1.814 de 15 de julho de 1878. Destaca-se na produção de açúcar e álcool, como também, na agricultura irrigada, considerada o pólo de produção e exportação de frutas da região do Vale do São Francisco. Em razão disto, há um forte desenvolvimento econômico, que pelo lado negativo acarreta também na devastação da vegetação e do solo.

No período Imperial, por volta de 1834, Juazeiro ainda era um povoado, teve sua primeira escola primária e em 1853 a segunda escola primária, exclusiva para o sexo feminino. Com a implantação da República no Brasil, veio a reforma de instrução, com a finalidade dos municípios manterem as escolas públicas municipais, assim, o primeiro grupo escolar foi inaugurado em 1923, na gestão do Prefeito Aprígio Duarte Filho. Como afirma Saviani (2004), nos grupos escolares o ensino começa a se organizar em série, dividindo por faixa etária. Posteriormente, percebe-se que neste município do século XX até início da década de 70 predominava a escolarização primária em escolas isoladas, ainda que em precárias condições pedagógicas. Somente a partir dos anos 80 há um crescimento do número de escolas públicas as quais, com o decorrer do tempo e do aumento de políticas públicas, nota-se também o progresso quanto ao acesso e permanência das crianças e jovens na educação pública.

A Instituição escolar Helena Celestino Magalhães, localizada no Conjunto habitacional Presidente Castelo Branco, à Quadra B, S/nº , na cidade de Juazeiro-BA, fundada em 11 de abril de 1972 através da Portaria nº 1679, publicada no Diário Oficial da Bahia de 13 de abril de 1972, com a denominação de Grupo Escolar Primário Helena Celestino Magalhães, tendo sido municipalizada em 2020, contemplando atualmente o Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Urge então, há quase meio século, prestando serviços educacionais a população da cidade.

A escola é um espaço de possibilidades de construção de conhecimentos sistematizados, como também compartilhamentos de saberes da realidade sociocultural dos estudantes. Nessa perspectiva, a partir da história de vivências das práticas pedagógicas do cotidiano escolar de ex-professores, diretoras, alunos, funcionários e comunidade escolar, percebe-se que a escola é lugar de memória que precisa ser preservado, pois, "a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 1990, p. 423). Assim, a memória é a construção de vivências de práticas escolares cotidianas, como também o Patrimônio escolar representando uma dimensão material, que precisa ser conservado em sua melhor forma.

Nesse viés, a reconstrução da história da escola, possibilita um sentimento de pertencimento, na sociedade contemporânea, contribuindo assim para o conhecimento do processo histórico no ensino aprendizagem. Nesse contexto, a investigação da história do espaço em estudo, os materiais utilizados em sala de aula, a metodologia dos professores, a relação aluno professor, aluno- aluno, assim como também o papel da escola para a comunidade escolar, entre outros aspectos, permite culminar o que compreende Le Goff (1990), isto é, conhecendo o passado por meio das memórias, possibilita estabelecer relações com o presente. Com efeito, são estas relações que contribuirão com mudanças efetivas na sociedade atual.

Portanto, entende-se que as narrativas dos ex-professores, diretores, alunos e comunidade escolar serão fundamentais para a pesquisa educativa em andamento, a cerca da construção da memória da escola do patrimônio escolar da Instituição Helena

Celestino Magalhães, Contribuindo com a valorização, a preservação dos registros da história e da memória nos contextos, sobre o perigo de esquecer ou perder tais registros que relatam fatos expressivos de uma sociedade. Assim, "a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" (LE GOFF, 1990, p.411)

No decorrer de quase 50 anos de existência, a instituição foi patente e corolário de demasiadas transformações políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais da sociedade brasileira. Por isso, sendo abrangida como espaço formal e político, a escola torna-se lugar privilegiado para que se aproximem os saberes da comunidade e os curriculares, de forma que sejam promovidas mudanças tangentes para uma conscientização acerca da historicidade e da memória do lugar objeto, através, por exemplo, da organização e preservação dos arquivos da Instituição escolar.

Por fim, cabe retomar a obra de Fernando Gabeira (2001), o qual cita a epígrafe de Rosa Guimarães, dizendo "narrar é resistir". A importância desta pesquisa se concentra justamente nisso, em contar um pouco acerca da história e memória da escola, as permanências e as rupturas do processo histórico, sendo um campo de estudos formais e torna-se resistência, a medida que compartilha narrativas, vivências e concepções de um passado tão tortuoso como o foi o da Ditadura Civil Militar. Assim, que de qualquer forma, este texto possa atingir diversas camadas e evidencie a ânsia pelo conhecimento do silêncio das escolas e a busca por não repeti-lo em nenhuma hipótese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões expostas nesse artigo, pode-se observar que a educação no Brasil é um processo gradual e lento, como também as mudanças que ocorreram com as Legislações educacionais tanto na esfera federal quanto a estadual da Bahia. Por isso, coube evidenciar, brevemente como tais ocorreram e demonstrar a importância para seu conhecimento, não só na comunidade juazeirense.

A Ditadura deixou indetermináveis marcas, principalmente com relação ao sistema educacional, logo, o estudo propôs que dermos um novo significado e atribuição

para aquilo que foi silenciado tantas vezes. Conhecer, preservar e materializar a memória de um lugar em um período tão específico é sui generis e urgente.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto Estadual nº 9.471/1935**. Estabelece a denominação de Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública. Salvador: 22 abr 1935. Disponível em: http://institucional.educacao.ba.gov.br/legislacaosecretaria Acesso: 28 nov 2021.

BAHIA. **Lei nº 2.463/1967**. Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia. Salvador: 13 set 1967. Disponível em: https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85543/lei-2463-67 Acesso em: 27 nov 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 24 fev 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 30 nov 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 16 jul 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso: 30 nov 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 18 set 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso: 30 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília: 20 dez 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em: 28 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 11 ago 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em 28 nov 2021.

FOUCAUT. Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.**São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário.** São Paulo: Cortez, 2008.